



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENEDO

CONCURSO PÚBLICO

CARGO de Nível Superior

PROCURADOR MUNICIPAL

PROVA TIPO

2

Provas de Português,
Informática e Conhecimentos Específicos.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este Caderno de Questões somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste Caderno de Questões e coloque o número do seu documento de identificação.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também, se contém 70 (setenta) questões objetivas com 05 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
4. Você dispõe de **4h** (quatro horas) para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova após decorridas **3h** (três horas) do seu início.
5. Ao receber a **Folha de Respostas**, confira seu **nome, número do seu documento de identificação e cargo escolhido**.
6. Em hipótese alguma lhe será concedida outra Folha de Respostas.
7. Preencha a **Folha de Respostas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas**, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo:

A	B	C	D	E
☐	☐	☐	☒	☐
8. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na Folha de Respostas de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
9. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
10. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, seus pontos serão atribuídos à todos os candidatos.
11. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
12. Ao terminar a prova, devolva ao Fiscal de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** e assine a **Lista de Presença**.
13. Nas salas que apresentarem apenas um fiscal, os 3(três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se juntos da sala de prova, após assinatura da Ata de Encerramento.

Boa Prova!

Nº do documento de identificação:

Assinatura do(a) candidato(a):



Penedo/AL, 16 de maio de 2010.



PORTUGUÊS

1. Assinale a opção falsa quanto às informações referentes ao texto abaixo.

1	“Testa de ferro é o indivíduo que aparece como responsável por um negócio, firma ou transação que os interessados reais controlam dissimuladamente, mantendo-se no anonimato. Em outras palavras, alguém que assume uma posição nominal de liderança, mas não tem o poder efetivo.”
3	
5	

(Língua Portuguesa. 2010. p. 63)

- A) O verbo **controlar** (linha 3) é transitivo direto.
 B) A classificação da palavra **que** (linhas 1, 2 e 4) é de pronome relativo.
 C) A expressão **por um negócio, firma ou transação** (linha 2) é complemento nominal.
 D) No último trecho (linhas 4-5), há um período composto por coordenação e subordinação.
 E) A expressão **de ferro** (linha 1) é complemento nominal.

2. Assinale a opção que completa adequadamente as lacunas dos períodos seguintes.

- I. “_____ iremos parar com tamanha corrupção de nosso políticos?”
 II. “E há também o sentimento de que foi traído por aqueles _____ confiou [...]”
 III. “Cheguei a faltar às aulas e a deixar de estudar matérias _____ sempre gostei por conta do stress com as notas [...]”
 IV. “A primeira etapa começa em Fernando de Noronha, _____ chegam os cadáveres.”

- A) Aonde – a quem – das quais – onde
 B) Onde – a quem – que – onde
 C) Aonde – em quem – de que – onde
 D) Aonde – que – que – aonde
 E) Onde – em que – as quais – aonde

3. Dados os períodos seguintes, quanto à concordância verbal,

- I. “No centro do escândalo está José Sarney e sua família.”
 II. “Formar engenheiros e ampliar o ensino pode resultar em mais pesquisas.”
 III. “Tão grande é o fascínio que despertam os mecanismos que regulam a nossa linguagem quanto à variedade de abordagens que podem ser usadas para estudá-los.”
 IV. “A arte de combinar bebidas de primeira linha com ingredientes que vão do caviar às frutas exóticas está em alta. É o que mostra a variedade e os preços dos coquetéis mais exclusivos encontrados em cardápios de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.”

há violação em

- A) III e IV, apenas.
 B) I, II e IV.
 C) I, II, III e IV.
 D) I e II, apenas.
 E) I, apenas.

4. No período “Poucas horas depois dos ataques **no metrô de Moscou**, o presidente americano **Barack Obama** ligou para o seu colega russo Dimitri Medvedev e ofereceu ajuda **para caçar os culpados**.”, qual a função sintática das expressões em negrito?

- A) complemento nominal – vocativo – adjunto adverbial
 B) adjunto adverbial – aposto – complemento nominal
 C) complemento nominal – adjunto adnominal – objeto indireto
 D) adjunto adnominal – vocativo – complemento nominal
 E) adjunto adverbial – aposto – adjunto adverbial

As questões 5 e 6 referem-se ao texto seguinte.

Havia arroz sem colorau, couve e pão. Sobre a toalha havia também copos cheios de vinho ou de água mineral, sorrisos, manchas de sol e a frescura do vento que sussurrava nas árvores. E no fim de tudo, houve fotografias. É possível que nesse intervalo tenhamos esquecido uma encantadora linguagem de porco e talvez um pouco de farofa. Que importa? O lombo era o essencial, e a sua essência era sublime. Por fora era escuro, com tons de ouro. A faca penetrava nele tão docemente como a alma de uma virgem entra no céu. A polpa se abria, levemente enfiada, muito branquinha, desse branco leitoso e doce que têm certas nuvens às quatro horas da tarde, na primavera. O gosto era de um salgado distante e de uma ternura quase musical (Rubem Braga).

5. Das informações a seguir, uma não traduz corretamente o sentido do texto. Identifique-a.

- A) Ao subverter o caráter sublime e poético do objeto descrito, o autor estabelece uma relação assimétrica entre os diversos sentidos pelos quais os objetos se definem.
 B) Em seu caráter alimentar, o lombo, contrariando-se a descrição banal, é revestido de uma acepção poética inusitada.
 C) Se o lombo era essencial, o conjunto dos outros elementos que compunha o banquete dá-se apenas num formato coadjuvante.
 D) Numa mistura de objetos visuais e metáforas, o autor descreve a parcela animal posta à mesa em tom sublime.
 E) Abdicando das fronteiras que definem as diferenças entre a subjetividade e a objetividade, o autor evidencia sentidos sinestésicos na composição de um contexto poético.

6. O autor diz: “O lombo era o essencial”, que, considerando-se o contexto, traduz-se em:

- A) se havia o lombo, as outras comidas eram prescindíveis.
 B) avultava-se o caráter sublime do lombo.
 C) no conjunto de tudo posto à mesa, o lombo também era importante.
 D) se havia o lombo com tons de ouro, sua essencialidade era sublime.
 E) a carne transcende de sua condição essencialmente animal.



As questões de 7 a 9 referem-se ao texto seguinte.

“Qualquer conhecimento do mundo implica uma construção de sentido. As coisas não se apresentam para o ser humano de forma imediata, natural ou objetiva. Ele as recria por meio de sentido, transformando-as de elementos insignificantes em objetos carregados de significação cultural. O mundo do ser humano é sempre um sentido do mundo” (RUIZ, Castor Bartolomé. *Os paradoxos do imaginário*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2002, p. 59).

7. Para o autor, o mundo do ser humano é uma construção

- A) imperfeita das coisas, um simulacro.
- B) de sentidos que se processa num vislumbre indireto das coisas.
- C) essencialmente simbólica, fundamentada no provável conceito das coisas.
- D) que se elabora a partir da recriação das coisas numa perspectiva simbólica.
- E) de símbolos que subverte a originalidade dos valores essenciais da realidade.

8. Nas versões da frase “Ele as recria por meio de sentido”, ocorreu uma subversão da norma culta em:

- A) as coisas são recriadas pelo ser humano por meio do sentido.
- B) o ser humano recria as coisas por meio de sentido.
- C) para o ser humano, recriam-se as coisas por meio de sentido.
- D) por meio de sentido, ele recria as coisas.
- E) por meio de sentido, o ser humano, recria as coisas.

9. É também aceitável para o primeiro período do texto a seguinte estrutura:

- A) Qualquer conhecimento do mundo implica construção de sentido.
- B) Qualquer conhecimento do mundo implica com uma construção de sentido.
- C) Qualquer conhecimento do mundo implica-se numa construção de sentido.
- D) Qualquer conhecimento do mundo implica-se em construção de sentido.
- E) Qualquer conhecimento do mundo implica na construção de sentido.

10. Qual opção contém pretérito perfeito do indicativo?

- A) “Histórias em quadrinhos puderam ser trabalhadas com crianças desde a tenra idade.”
- B) “Histórias em quadrinhos podem ser trabalhadas com crianças desde a tenra idade.”
- C) “Histórias em quadrinhos poderiam ser trabalhadas com crianças desde a tenra idade.”
- D) “Histórias em quadrinhos podiam ser trabalhadas com crianças desde a tenra idade.”
- E) “Histórias em quadrinhos poderão ser trabalhadas com crianças desde a tenra idade.”

INFORMÁTICA

11. Dadas as proposições

- I. O atalho de teclas **CTRL+R** é normalmente utilizado no Windows para **recortar**.
- II. O atalho de teclas **CTRL+V** é utilizado no Windows para **colar**.
- III. O atalho de teclas do Windows **Alt+Tab** executa a ação de alternar entre janelas.

Verifica-se que está(ão) correta(s) somente

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I.
- D) II.
- E) III.

12. Dados os itens abaixo

- I. No endereço eletrônico <http://www.penedo.al.gov.br> o protocolo **http** indica que o site não é seguro.
- II. Um site seguro e com envio de dados criptografados possui, por padrão, em sua URL a terminação **SGR**.
- III. Um computador, mesmo possuindo um antivírus instalado, ainda pode ser infectado por um vírus.

Está(ão) correto(s) somente o(s) item(ns)

- A) II e III.
- B) I.
- C) II.
- D) I e II.
- E) I e III.

13. De acordo com as opções de Layout de imagens encontradas no Microsoft Word 2003, na Janela Formatar Imagem, enumere a segunda coluna de acordo com a primeira.

1ª coluna	2ª coluna
1. 	() Na frente
2. 	() Atrás
3. 	() Comprimido
4. 	() Quadrado
5. 	() Alinhado

A sequência correta, de cima para baixo, está na opção

- A) 1 – 4 – 5 – 2 – 3
- B) 1 – 2 – 4 – 3 – 5
- C) 1 – 3 – 4 – 5 – 2
- D) 4 – 3 – 5 – 2 – 1
- E) 4 – 3 – 1 – 2 – 5



14. Para inserir um gráfico no Microsoft Excel 2003, após clicar no botão , é necessário passar por 4 etapas listadas abaixo, para concluir a inserção. Enumere a segunda coluna de acordo com a primeira.

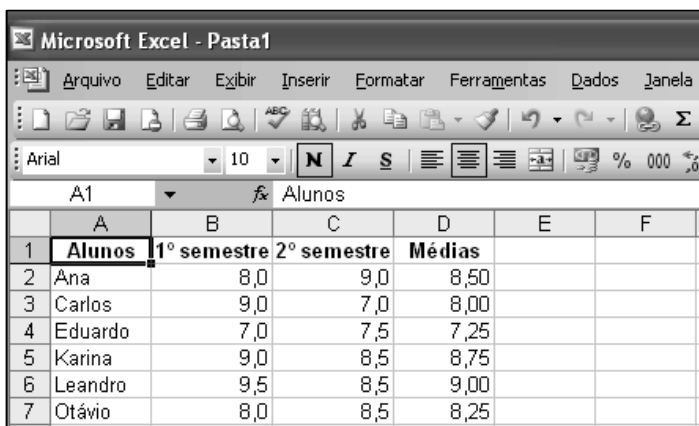
1ª coluna	2ª coluna
1ª etapa	() Opções de gráfico
2ª etapa	() Local do gráfico.
3ª etapa	() Tipo do gráfico
4ª etapa	() Dados de origem

A sequência correta, de cima para baixo, está na opção

- A) 4ª – 2ª – 1ª – 3ª
B) 3ª – 4ª – 1ª – 2ª
C) 1ª – 3ª – 4ª – 2ª
D) 1ª – 4ª – 3ª – 2ª
E) 3ª – 4ª – 2ª – 1ª

A figura a seguir foi extraída de uma janela no Microsoft Excel 2003 e serve como base para resolução da questão 15.

15. Para obter os resultados da coluna D, foi usada a função MÉDIA. Analisando as opções, podemos concluir que todas são verdadeiras, exceto



The screenshot shows the Microsoft Excel 2003 interface. The title bar reads 'Microsoft Excel - Pasta1'. The menu bar includes 'Arquivo', 'Editar', 'Exibir', 'Inserir', 'Formatar', 'Ferramentas', 'Dados', and 'Janela'. The toolbar contains various icons for file operations and formatting. The formula bar shows '=MÉDIA(B4:C4)'. The spreadsheet has columns A through F and rows 1 through 7. Column A is labeled 'Alunos', B is '1º semestre', C is '2º semestre', and D is 'Médias'. The data for rows 2 through 7 is as follows:

	A	B	C	D	E	F
1	Alunos	1º semestre	2º semestre	Médias		
2	Ana	8,0	9,0	8,50		
3	Carlos	9,0	7,0	8,00		
4	Eduardo	7,0	7,5	7,25		
5	Karina	9,0	8,5	8,75		
6	Leandro	9,5	8,5	9,00		
7	Otávio	8,0	8,5	8,25		

- A) Selecionando as células B3, B4 e B5, a barra de status sempre fornecerá o somatório dos valores.
B) Selecionando o conjunto de células de B2 a D7, temos informações suficientes para gerar um gráfico.
C) Para obter o resultado da média do aluno Eduardo, basta preencher a célula D4 com **=média(b4:c4)**.
D) Excluindo/deletando os valores das notas semestrais do aluno Carlos, aparecerá na célula D4 a informação **#DIV/0!**.
E) O nome do arquivo é Pasta1.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Quanto ao direito de greve dos servidores públicos, assinale a opção incorreta no que se refere aos posicionamentos jurisprudenciais adotados pelo Supremo Tribunal Federal.

- A) As greves realizadas por servidores públicos municipais serão dirimidas pelo Juiz de Direito competente, nos termos dos Códigos de Organização e Divisão Judiciárias.
B) O direito constitucional de greve dos servidores públicos deverá ser exercido por meio da aplicação da Lei Federal n.º 7.783/89, lei que trata da greve dos trabalhadores em geral, até que sobrevenha lei específica para regulamentar a questão.
C) As greves de âmbito local ou municipal realizadas por servidores públicos do Estado-Membro serão dirimidas pelo respectivo Tribunal de Justiça.
D) O Tribunal de Justiça do Estado é competente para apreciar e julgar medidas cautelares relacionadas ao exercício do direito de greve dos servidores públicos civis do Estado-Membro, tais como: i) aquelas nas quais se postule a preservação do objeto da querela judicial, qual seja, o percentual mínimo de servidores públicos que deve continuar trabalhando durante o movimento paralisista, ou mesmo a proibição de qualquer tipo de paralisação; ii) os interditos possessórios para a desocupação de dependências dos órgãos públicos eventualmente tomados por grevistas; e iii) as demais medidas cautelares que apresentem conexão direta com a greve.
E) As greves de âmbito local ou municipal serão dirimidas pelo Tribunal de Justiça, conforme se trate de greve de servidores públicos municipais.

17. No que concerne ao controle da administração pública efetuado por meio do Mandado de Segurança, assinale a opção incorreta.

- A) Na hipótese de não ser o caso de Mandado de Segurança, a decisão fará coisa julgada, de modo a se proceder à proteção do interesse violado por meio das vias ordinárias, sem a possibilidade do manejo de um novo Mandado de Segurança com a mesma finalidade.
B) Equiparam-se a autoridade, para os fins da nova lei do Mandado de Segurança, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do Poder Público, somente no que disser respeito a essas atribuições.
C) Não cabe Mandado de Segurança contra quaisquer atos de gestão praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
D) Não se concederá Mandado de Segurança quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.
E) A inicial do Mandado de Segurança será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais, ou quando decorrido o prazo legal para a impetração.



18. Quanto aos consórcios públicos, assinale a opção incorreta.

- A) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
- B) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- C) Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá ser contratado pela administração direta ou indireta de qualquer dos entes da Federação, dispensada a licitação nestes casos.
- D) Os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder servidores aos consórcios, na forma e condições da legislação de cada um.
- E) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.

19. A alienação de uma caminhonete pertencente ao patrimônio do Município de Penedo deverá obedecer ao seguinte procedimento, ou seja, ter o sequenciamento dos seguintes atos:

- A) dependerá de avaliação prévia e de licitação.
- B) existência de interesse público devidamente justificado, avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nas hipóteses previstas na Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666/93.
- C) existência de interesse público devidamente justificado, avaliação prévia, autorização legislativa, licitação na modalidade concorrência, dispensável esta nas hipóteses previstas na Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666/93.
- D) avaliação prévia, autorização legislativa, licitação na modalidade concorrência, dispensável esta nas hipóteses previstas na Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666/93.
- E) existência de interesse público devidamente justificado e licitação na modalidade concorrência, dispensável esta nas hipóteses previstas na Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666/93.

20. Quanto ao processo administrativo, assinale a opção incorreta.

- A) Não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.
- B) No processo administrativo disciplinar, apresentado o relatório final e conclusivo indicando a demissão do servidor, a autoridade julgadora, quando mencionado relatório contrariar às provas dos autos, poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta. Nesse caso, então, não se aplica a teoria da vedação à *reformatio in pejus*.
- C) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende à Constituição.
- D) Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- E) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

21. O Poder normativo técnico das agências reguladoras, ou seja, a possibilidade de edição de normas gerais de caráter técnico formalizadas em atos administrativos e regulamentares, em decorrência de delegação prevista na respectiva lei, é representação do fenômeno conhecido como

- A) densificação normativa.
- B) deslegalização.
- C) desregulamentação.
- D) autonomia legiferante.
- E) independência setorial.

22. No que concerne ao princípio da Boa-Fé objetiva no âmbito da Administração Pública, assinale a opção incorreta quanto às decorrências do conteúdo de mencionado princípio.

- A) Dever do *favor acti*, ou seja, do dever de conservação dos atos administrativos, explorando-se ao máximo a convalidação.
- B) Dever de colaboração recíproca das partes envolvidas na relação jurídico-processual, bem como de terceiros que possam contribuir para a solução da controvérsia.
- C) Proibição ao *venire contra factum proprium*, ou seja, do dever de informação, no sentido de não se omitir qualquer dado relevante na descrição da questão controversa e/ou que possa auxiliar na sua solução de uma determinada situação.
- D) Proibição do abuso de direito, ou seja, a vedação de excesso no exercício de prerrogativas legítimas.
- E) Vedação à defesa de nulidades puramente formais, de maneira a se supervalorizar a forma dos atos, em detrimento de seu conteúdo perfeito.

23. Assinale a opção falsa sobre o contrato individual de trabalho, conforme previsto pela CLT.

- A) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados. Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.
- B) É o acordo expresso, correspondente à relação de emprego. Não firmam contrato individual de trabalho a cooperativa e seus associados, a não ser que a prestação de serviço seja eventual.
- C) Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.
- D) O contrato por prazo determinado somente será válido, tratando-se de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, de atividades empresariais de caráter transitório ou de contrato de experiência.
- E) Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, esta se presume existente, como se a tivessem estatuído os interessados na conformidade dos preceitos jurídicos adequados à sua legitimidade.



24. De acordo com a jurisprudência do TST sobre jornada de trabalho, assinale a opção falsa.

- A) O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.
- B) A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.
- C) O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal.
- D) É válido o acordo individual para compensação de horas, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.
- E) A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.

25. Sobre o FGTS, o TST entende que

- A) a equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da estabilidade prevista na CLT é meramente jurídica e não econômica, sendo devidos valores a título de reposição de diferenças.
- B) a estabilidade legal (decenal, art. 492 da CLT), apesar de ser renunciada com a opção pelo FGTS, é compatível com o regime do FGTS.
- C) a estabilidade contratual ou a derivada de regulamento de empresa são compatíveis com o regime do FGTS. Diversamente ocorre com a estabilidade legal (decenal, art. 492 da CLT), que é renunciada com a opção pelo FGTS.
- D) a equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da estabilidade prevista na CLT é meramente econômica e não jurídica, sendo indevidos valores a título de reposição de diferenças.
- E) a estabilidade contratual ou a derivada de regulamento de empresa são incompatíveis com o regime do FGTS.

26. Sobre férias no Direito do Trabalho, assinale a opção falsa.

- A) O abono de férias decorrente de instrumento normativo e o abono de 1/3 (um terço) previsto no art. 7º, XVII, da CF/1988 têm idêntica natureza jurídica, destinação e finalidade, constituindo-se “bis in idem” seu pagamento simultâneo, sendo legítimo o direito do empregador de obter compensação de valores porventura pagos (ex-OJ nº 231 da SBDI-1 - inserida em 20.06.01).
- B) A remuneração das férias do tarefeiro deve ser calculada com base na média da produção do período aquisitivo, aplicando-se-lhe a tarifa da data da concessão (ex-Prejulgado nº 22).
- C) Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses (art. 147 da CLT) (ex-Prejulgado nº 51).
- D) O empregado que se demite antes de complementar 12 (doze) meses de serviço não tem direito a férias proporcionais (SUM-261).
- E) O pagamento das férias, integrais ou proporcionais, gozadas ou não, na vigência da CF/1988, sujeita-se ao acréscimo do terço previsto no respectivo art. 7º, XVII.

27. Assinale a opção correta a respeito dos recursos no processo civil brasileiro.

- A) O agravo interposto contra decisões interlocutórias proferidas em audiência de instrução deverá ser interposto imediatamente, na forma oral, e sem necessidade de preparo, sob pena de preclusão.
- B) Interposta a apelação e feito o juízo de admissibilidade é lícito ao recorrente desistir do recurso, desde que a parte adversa manifeste sua concordância.
- C) A repercussão geral é um dos requisitos de admissibilidade do recurso especial.
- D) As sentenças proferidas contra o Município, ainda que não haja recurso interposto, estão sempre sujeitas à remessa necessária.
- E) Cabem embargos infringentes contra acórdão não unânime que, julgando apelação, mantém a sentença de mérito.

28. Assinale a opção incorreta a respeito da execução fiscal no direito brasileiro.

- A) É de 30 (trinta) dias o prazo para oferecimento de embargos à execução fiscal.
- B) As intimações, no procedimento de execução fiscal, devem ser feitas pessoalmente ao representante judicial da Fazenda Pública do Município.
- C) É lícito à Fazenda Pública promover a cobrança judicial de dívida ativa de natureza tributária ou não tributária.
- D) A dívida regularmente inscrita na dívida ativa goza de presunção relativa de certeza e liquidez.
- E) Não é admitida a citação do devedor por carta, sendo lícito, porém, promover-se a citação por edital, em caso de insucesso na citação por oficial de justiça.



29. Sobre a execução de título extrajudicial, disciplinada pelo Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- A) são impenhoráveis as quantias depositadas em cadernetas de poupança, até o limite de 60 (sessenta) salários mínimos.
- B) a avaliação do bem penhorado é definitiva, não sendo possível realizar-se uma segunda avaliação, salvo em caso de dolo ou má-fé do avaliador.
- C) o devedor será citado para, em 24 (vinte e quatro) horas, pagar o débito, ou nomear bens à penhora.
- D) é de 10 (dez) dias o prazo para o oferecimento de embargos à execução.
- E) são impenhoráveis, à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia.

30. Assinale a opção correta a respeito da antecipação de tutela no processo civil.

- A) É lícito ao juiz antecipar os efeitos da tutela pretendida pelo autor quando caracterizado o abuso do direito de defesa, havendo ou não fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
- B) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, deve o juiz indeferir o pedido correspondente.
- C) É lícito ao juiz deferir a antecipação dos efeitos da tutela definitiva pretendida pelo autor quando houver prova indiciária a respeito do direito alegado.
- D) É vedado o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela na própria sentença.
- E) A decisão que antecipa os efeitos da tutela é passível de revogação, somente até a fase de saneamento do processo.

31. Dadas as seguintes proposições,

- I. É de 10 (quinze) dias o prazo para oferecimento dos embargos de terceiro, devendo a contestação ser oferecida em igual prazo pelo embargado.
- II. O testamenteiro possui legitimidade concorrente para requerer a abertura do inventário.
- III. Proceder-se-á ao inventário judicial quando os herdeiros forem incapazes.
- IV. Em ação de reintegração de posse, é lícito ao autor cumular pedido de condenação em perdas e danos.
- V. O possuidor que tiver justo receio de ser molestado na posse deverá propor ação de manutenção de posse, não sendo lícito ao juiz cominar ao réu pena pecuniária enquanto o esbulho não se consumir.

estão corretas

- A) III, IV e V, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, III, IV e V.
- E) I, II e V, apenas.

32. Sobre o processo cautelar, assinale a opção incorreta.

- A) É de 10 (dez) dias o prazo para contestação no processo cautelar de sequestro.
- B) O juiz competente para conhecer do pedido no processo principal é o competente para processar e julgar a ação cautelar preparatória.
- C) As medidas cautelares poderão ser requeridas antes ou no curso do processo principal.
- D) Pendendo o recurso, compete ao tribunal respectivo apreciar o pedido de medida cautelar incidente.
- E) É de 5 (cinco) dias o prazo para contestação no processo cautelar de arresto.

33. Sobre a ação civil pública, é incorreto afirmar:

- A) as disposições do Código de Processo Civil são aplicáveis subsidiariamente ao procedimento da ação civil pública.
- B) os danos a bens de valor artístico e paisagístico são passíveis de reparação por meio de ação civil pública.
- C) a ação civil pública pode ter por objeto a condenação em dinheiro.
- D) o Ministério Público, se não atuar no processo como parte, intervirá como fiscal da lei, se houver interesse público em litígio.
- E) cabe agravo da decisão que concede medida liminar em ação civil pública.

34. Isabella possui 14 anos de idade e gostaria de realizar o pagamento de uma prestação do financiamento que seu genitor obteve na Caixa Econômica Federal de Penedo, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). A atendente da instituição bancária, porém, não aceita esse pagamento por ser ela menor de idade. Considerando a classificação de fato jurídico de Pontes de Miranda, escolha a opção correta.

- A) A atendente encontra-se equivocada, pois o pagamento representa um fato jurídico *stricto sensu* e, portanto, pode ser realizado por absolutamente incapaz.
- B) A atendente encontra-se correta, pois o pagamento representa um ato jurídico *lato sensu* e, portanto, não pode ser realizado por relativamente incapaz em virtude de sua patente anulabilidade.
- C) A atendente encontra-se correta, pois o pagamento representa um ato jurídico *lato sensu* e, portanto, não pode ser realizado por absolutamente incapaz em virtude de sua patente nulidade.
- D) A atendente encontra-se correta, pois o pagamento representa um negócio jurídico e, portanto, não pode ser realizado por absolutamente incapaz em virtude de sua patente nulidade.
- E) A atendente encontra-se equivocada, pois o pagamento representa um ato-fato jurídico e, portanto, pode ser realizado por absolutamente incapaz.



35. Juvenal deve R\$ 500,00 (quinhentos reais) a Angélica. Como não tem o dinheiro, oferece pagar com um aparelho de som que possui no valor de R\$ 100,00 (cem reais). Escolha a opção correta.

- A) Caso Angélica aceitasse, caracterizar-se-ia uma imputação do pagamento e a dívida seria totalmente extinta.
- B) Caso Angélica aceitasse, caracterizar-se-ia uma novação parcial, visto que Juvenal ainda teria que pagar o restante da dívida.
- C) Angélica deveria aceitar, visto que o devedor não possui condições de adimplir de outra forma.
- D) Caso Angélica aceitasse, caracterizar-se-ia uma dação em pagamento e a dívida seria totalmente extinta.
- E) Caso Angélica aceitasse, caracterizar-se-ia uma compensação e Juvenal ainda teria que pagar o restante da dívida.

36. Rodrigo se obriga com João a entregar a ovelha Radiosa ou entregar a ovelha Hosana. A escolha cabia a João, mas antes de realizá-la, Rodrigo deixa de alimentar as ovelhas, o que acarreta a morte de Radiosa e, depois, a morte de Hosana. Escolha a opção que possui a consequência jurídica correta.

- A) João pode exigir de Rodrigo o valor correspondente a qualquer das ovelhas, mais indenização por perdas e danos.
- B) A obrigação se extingue, por impossibilidade total do cumprimento.
- C) Rodrigo responderá pelo valor correspondente à ovelha mais onerosa e indenização por perdas e danos.
- D) Rodrigo responderá pelo valor correspondente à ovelha Radiosa mais indenização por perdas e danos, pois foi a primeira a falecer.
- E) Rodrigo responderá pelo valor correspondente à ovelha Hosana mais indenização por perdas e danos, pois foi a última a falecer.

37. Para reparar os danos causados em virtude das fortes chuvas que assolaram o Município de Penedo, Letícia, Adriana e Déborah emprestaram um trator a Márcia. Escolha a opção que explica corretamente como deve se dar o pagamento dessa obrigação.

- A) O trator pode ser devolvido a Adriana e Déborah, independente de Caução de ratificação de Letícia.
- B) O trator deve ser devolvido a quem o entregou.
- C) O trator pode ser entregue à Letícia, visto que ela também é proprietária do veículo.
- D) O trator somente deve ser devolvido à Letícia, Adriana e Déborah, em conjunto.
- E) O trator deve ser entregue à Letícia, Adriana e Déborah, em conjunto, ou a uma delas, exigindo-se Caução de ratificação da outra.

38. Dadas as proposições abaixo,

- I. Ana celebra contrato de locação de um imóvel com o Leonardo no dia 1 de abril de 2010, estipulando como termo inicial o dia 5 de abril de 2010. No dia 2 de maio de 2010 Leonardo já adquiriu o direito de locar a casa, somente não pode ainda usufruí-lo.
- II. Quando houver prazo para o exercício de direito, o prazo será decadencial.
- III. Bernardo possuía pretensão contra Geraldo, cujo prazo prescricional de 3 (três) anos começou a correr em 2007. Decorridos 2 (dois) anos, sobreveio causa suspensiva por 6 (seis) meses. O prazo prescricional, então, recomeçou a contar por inteiro.
- IV. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- V. Fábio diz a Roberta: eu lhe comprarei uma casa se eu ganhar na loteria. Trata-se de hipótese de termo incerto.

verifica-se que

- A) todos os itens são verdadeiros.
- B) apenas um item é verdadeiro.
- C) apenas dois itens são verdadeiros.
- D) apenas três itens são verdadeiros.
- E) apenas quatro itens são verdadeiros.

39. Dadas as proposições abaixo,

- I. Inexiste no sistema jurídico brasileiro dever de indenizar decorrente de ato lícito.
- II. A responsabilidade civil por ato ilícito somente se caracteriza depois da condenação criminal do agente causador do dano.
- III. Fernanda escreve uma carta a Carla propondo a compra de seu automóvel. Carla responde Fernanda, aceitando a proposta. Todavia, após Fernanda ter recebido a resposta, Carla a procura e entrega uma carta de arrependimento. A revogação, porém, não produz efeito, tendo-se por celebrado o contrato.
- IV. A responsabilidade do alienante por vícios redibitórios não precisa constar expressa e obrigatoriamente no contrato, sendo certo, no entanto, que tal responsabilidade subsiste ainda se o alienante ignorava o vício ou o defeito da coisa.
- V. Cláudia enviou uma proposta por fax à Angélica em 30 de março de 2010 estipulando objeto, quantidade, preço e formas de pagamento. Em 31 de março, Angélica respondeu confirmando a maioria dos termos de sua proposta, porém, corrigindo dois termos que versavam essencialmente sobre o preço. Cláudia, porém, não enviou qualquer resposta à Angélica quanto às suas alterações. No dia 3 de abril do mesmo ano, as mercadorias foram enviadas por Cláudia. O momento da celebração do contrato, então, foi no dia 31 de março, quando Cláudia recebeu a aceitação.

verifica-se que

- A) II e IV estão corretas.
- B) III e IV estão corretas.
- C) III e V estão corretas.
- D) I e III estão corretas.
- E) IV e V estão corretas.

**40. Dadas as proposições abaixo,**

- I. A simulação nulifica o negócio jurídico. Deve a nulidade ser alegada pela parte prejudicada ou pelo Ministério Público, cabendo apreciação de ofício pelo juiz.
- II. O contrato de compra e venda de um rinoceronte é exemplo de negócio jurídico atípico.
- III. A coação é causa de nulidade do negócio jurídico.
- IV. Paulo celebrou com Nadja um contrato de depósito de um carro Siena. Trata-se de negócio jurídico consensual.
- V. Socorro, Regina e Helena celebram um contrato de compra e venda do imóvel X com Roberto, Maria e Juliano. Trata-se de negócio jurídico bilateral.

verifica-se que

- A) I e IV estão corretas.
- B) I e V estão corretas.
- C) I e III estão corretas.
- D) III e IV estão corretas.
- E) II e V estão corretas.

41. Augusto, menor de 18 anos, e Bolivar, inimigos de Carlos, emboscaram este último em um matagal nas proximidades da cidade de Penedo, por volta da meia noite. Atiraram várias vezes e em consequência do tiro deflagrado por Augusto, Carlos veio a falecer. Augusto e Bolivar não se conheciam, por coincidência dispararam suas armas no mesmo momento, sem, no entanto, estarem ajustados. No caso, é correto afirmar:

- A) A hipótese configura caso de Autoria Mediata. Somente Bolivar, por ser imputável, deve responder pelo crime existente.
- B) Não é possível o concurso de pessoas em razão da participação de um imputável. Na hipótese, Augusto sujeita-se às regras do Estatuto da Criança e do Adolescente e Bolivar deve responder pelo delito de homicídio.
- C) Houve na espécie concurso de pessoas. A participação de um imputável não desfigura o instituto. Augusto e Bolivar respondem por homicídio.
- D) A hipótese, pela participação de um imputável, configura caso de Autoria Incerta e os autores do crime devem responder apenas por tentativa de homicídio.
- E) A ausência do liame subjetivo faz desaparecer a figura do Concurso de Pessoas, revelando a chamada Autoria Colateral. Augusto deve responder pelo ato infracional de homicídio, enquanto Bolivar responde por tentativa.

42. Como se consuma o delito de Concussão previsto no artigo 316 do Código Penal?

- A) Independente de exigência idônea, quando o funcionário público solicita a vantagem indevida.
- B) Independente da exigência idônea, quando a vítima tem conhecimento da solicitação da vantagem indevida.
- C) Com a mera exigência da vantagem indevida.
- D) Quando a vítima tem conhecimento da exigência idônea da vantagem indevida.
- E) Tratando-se de crime material, com o recebimento da vantagem indevida.

43. Dadas as proposições sobre as leis penais excepcionais,

- I. São leis, também, chamadas de extravagantes ou especiais, aquelas que não estão contidas no Código Penal.
- II. São normas penais destinadas a vigorar por determinado período, nelas próprias consignado.
- III. Como as “temporárias” são normas destinadas a reger situações anômalas.
- IV. Gozam de ultratividade ainda que não beneficiem o agente.

verifica-se que

- A) somente III e IV são verdadeiras.
- B) somente II e IV são verdadeiras.
- C) todas são verdadeiras.
- D) II, III e IV são verdadeiras.
- E) somente I e II são verdadeiras.

44. Qual das seguintes afirmações sobre o Princípio da Proporcionalidade procede?

- A) Ele decorre do princípio constitucional da Legalidade e foi mencionado expressamente pela Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- B) Ele decorre dos princípios constitucionais da Publicidade e da Moralidade e foi mencionado expressamente pela Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- C) Ele decorre dos princípios constitucionais da Legalidade e da Impessoalidade e foi mencionado expressamente pela Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração do Estado de Alagoas.
- D) Ele decorre dos princípios constitucionais da Legalidade e da Eficiência e foi mencionado expressamente pela Lei que regula o processo administrativo no âmbito dos Municípios do Estado de Alagoas.
- E) Ele decorre do princípio constitucional da Legalidade e foi mencionado expressamente pela Lei que regula o processo administrativo no âmbito dos Municípios do Estado de Alagoas.

45. O texto da Lei Federal n.º 9.868/88, que trata da Ação Direta de Inconstitucionalidade, menciona diferentes formas de interpretação jurídica, a saber:

- A) a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.
- B) a interpretação pela unidade da Constituição e a proibição do retrocesso constitucional.
- C) a interpretação conforme a Constituição e a interpretação pela máxima efetividade da Constituição.
- D) a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto e a interpretação pela máxima efetividade da Constituição.
- E) a interpretação pela unidade da Constituição e a interpretação conforme a Constituição.



- 46.** Classificando-se a Constituição brasileira de 1988 de acordo com os diferentes modelos que surgiram na história constitucional mundial, trata-se de uma Constituição
- A) formal, democrática, flexível e dirigente.
 - B) formal, pactuada, flexível e pluralista.
 - C) democrática, rígida, sintética e liberal.
 - D) democrática, rígida, analítica e dirigente.
 - E) formal, flexível, pluralista e liberal.
- 47.** Podem ser objeto de controle judicial por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental:
- A) leis municipais, resoluções das agências reguladoras, portarias federais e leis delegadas estaduais.
 - B) atos normativos anteriores à Constituição de 1988, leis municipais, projetos de lei federais e o *impeachment* do Presidente da República.
 - C) medidas provisórias, projetos de leis federais, estaduais e o *impeachment* de Prefeitos Municipais.
 - D) leis municipais, portarias federais e o *impeachment* de Governadores de Estado e de Prefeitos Municipais.
 - E) medidas provisórias, declarações internacionais com aplicação no território nacional e projetos de leis federais.
- 48.** Fazem parte dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 1º, CF):
- A) a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a soberania e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - B) a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a liberdade religiosa e o pluralismo político.
 - C) a dignidade da pessoa humana, a soberania, a cidadania e a liberdade religiosa.
 - D) a dignidade da pessoa humana, a soberania, a igualdade entre os sexos e a igualdade racial.
 - E) a dignidade da pessoa humana, a soberania, o valor social do pleno emprego e o pluralismo político.
- 49.** Em relação aos efeitos jurídicos obrigatórios que uma lei federal pode surtir em relação aos Municípios, é correto afirmar que
- A) a lei federal pode condicionar a concessão de verbas da União à criação prévia de um Conselho do Meio Ambiente para Municípios com qualquer número de habitantes, inclusive capitais de Estado.
 - B) a lei federal pode obrigar um Município com população acima de 20.000 (vinte mil) a criar um Conselho do Meio Ambiente.
 - C) a lei federal pode obrigar um Município com população acima de 5.000 (cinco mil) a criar uma Secretaria do Meio Ambiente, integrada à Administração direta.
 - D) a lei federal pode obrigar um Município de qualquer número de habitantes a criar um órgão de proteção ao meio ambiente, integrada à Administração indireta.
 - E) a lei federal pode obrigar Municípios com população acima de um milhão de habitantes a criar um Conselho Municipal do Meio Ambiente.

- 50.** Um Decreto de intervenção do Estado em um dos seus Municípios, editado em virtude da não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 35, inciso III, CF) deverá ser submetido à apreciação do(s) seguinte(s) órgão(s):
- A) Tribunal de Contas do Estado.
 - B) Assembleia Legislativa e Tribunal de Justiça.
 - C) Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Justiça.
 - D) Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas da União.
 - E) Assembleia Legislativa.
- 51.** O princípio da separação dos Poderes, declarado pela Constituição de 1988 como "cláusula pétrea" (art. 60, § 4º, inciso III, CF), proíbe que
- A) a Lei Orgânica de um Município obrigue a Prefeitura a prestar determinada política pública.
 - B) o Judiciário obrigue um Município a executar determinada política pública no âmbito das tarefas delegadas por parte da União ou dos Estados mediante convênio administrativo.
 - C) o Município seja obrigado pela Constituição federal a formular e executar determinada política pública.
 - D) o Município seja obrigado por decisão do Judiciário a executar determinada política pública.
 - E) a prestação de determinada política pública do Município seja fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União.
- 52.** O próprio texto da Constituição brasileira estabelece uma vinculação obrigatória de recursos financeiros da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, na(s) seguinte(s) área(s):
- A) educação, saúde, segurança pública, proteção da criança e do adolescente e proteção do meio ambiente.
 - B) educação.
 - C) educação e saúde.
 - D) educação, saúde e segurança pública.
 - E) educação, saúde, segurança pública e proteção da criança e do adolescente.
- 53.** Os Procuradores Municipais exercem uma função essencial à Justiça, sendo os seus pareceres
- A) sujeitos à análise formal e homologação do Ministério Público quando tratem de assuntos ligados a interesses difusos e coletivos.
 - B) sujeitos à anuência prévia pelo Tribunal de Contas da União quando tratam de assuntos que envolvem o repasse de recursos federais.
 - C) sujeitos à anuência prévia pelo Tribunal de Contas do Estado quando tratam de assuntos que envolvem o repasse de recursos estaduais.
 - D) sujeitos à homologação posterior da Advocacia Geral da União quando recomendam a criação de cargos remunerados.
 - E) sujeitos à análise formal e material dos integrantes do Ministério Público quando são emitidos em processos judiciais que envolvem assuntos ligados a interesses difusos e coletivos.



54. Boa parte dos dispositivos do art. 225 da Constituição brasileira de 1988 foram inspirados por uma Declaração aprovada na Conferência Internacional da ONU sobre

- A) os Recursos Naturais Não Renováveis (Joanesburgo).
- B) o Desenvolvimento Sustentável Mundial (Berlim).
- C) o Meio Ambiente (Estocolmo).
- D) Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro).
- E) a Proteção das Espécies da Flora e da Fauna (Basileia).

55. As Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, cujas atribuições foram previstas pela Lei n.º 6.938/81, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente,

- A) somente ganham validade e eficácia quando são transformados em leis formais ou decretos administrativos federais, estaduais ou municipais.
- B) devem ser obrigatoriamente aplicadas pelos órgãos ambientais de todos os níveis da Federação brasileira, visto que se trata de normas federais, que prevalecem em relação às estaduais e municipais.
- C) são de aplicação obrigatória apenas para os órgãos da União, sendo facultado aos Estados e Municípios de adotá-las no âmbito de sua Administração ou transformá-las em normas próprias.
- D) representam parâmetros vinculativos, que obrigam Estados e Municípios a ajustar as suas próprias normas sobre o respectivo assunto.
- E) são apenas diretivas administrativas internas que não obrigam pessoas físicas ou jurídicas, visto que o art. 5º, inciso II, da Constituição de 1988 reza que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

56. Em relação aos efeitos jurídicos da existência do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, criado pela Lei n.º 6.938/81, é correto afirmar:

- A) em virtude do princípio constitucional da autonomia local, nenhum município brasileiro é obrigado de atender aos padrões de emissão estabelecidos pelos órgãos superiores do SISNAMA.
- B) todos os Municípios brasileiros, capitais de Estados federados devem executar as normas adotadas e decisões tomadas pelos órgãos superiores deste sistema administrativo.
- C) todos os Municípios brasileiros, independentemente do número de seus habitantes, devem executar as normas adotadas e decisões tomadas pelos órgãos superiores do SISNAMA.
- D) as normas adotadas pelos órgãos superiores do SISNAMA devem ser executadas pelos Municípios que celebram convênios administrativos com os órgãos competentes do Governo Federal sobre o respectivo assunto.
- E) as normas adotadas pelos órgãos superiores do SISNAMA se tornam obrigatórias para os Municípios que fazem parte de um consórcio público a ser formado pela respectiva Prefeitura e o IBAMA ou o Ministério do Meio Ambiente.

57. Em relação à distribuição de competências para efetuar o licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras no Brasil, é correto afirmar que a edição dessa licença

- A) sempre deve ser homologada pela Assembleia Legislativa do respectivo Estado federado quando se trata de obras que possam causar um significativo impacto ambiental de efeito regional.
- B) cabe exclusivamente ao IBAMA, quando se trata de obras na Zona Costeira ou nas margens de rios federais, numa distância de até 200 metros da margem do corpo de água.
- C) cabe exclusivamente aos órgãos estaduais, exceto as hipóteses legais que transferem a competência, expressamente, ao IBAMA ou ao Município.
- D) cabe a qualquer Município da Federação brasileira, além de outros órgãos, sejam eles estaduais ou federais.
- E) cabe a qualquer Estado federado e a qualquer Município com população acima de 20.000 (vinte mil) habitantes, de acordo com o último levantamento do IBGE.

58. No âmbito da proteção dos recursos hídricos, a criação normativa de padrões de emissão para efluentes líquidos de estabelecimentos industriais

- A) cabe exclusivamente ao Congresso Nacional, visto que a União possui competência privativa para legislar sobre águas (art. 22, inciso IV, CF).
- B) cabe aos órgãos da União e dos Estados federados, com exclusão dos Municípios, já que a temática da proteção das águas ultrapassa o âmbito do interesse local.
- C) cabe aos órgãos legislativos e/ou administrativos de todos os entes da Federação brasileira, prevalecendo a norma mais restritiva.
- D) cabe aos Comitês das respectivas Bacias Hidrográficas, conforme previsto pela Lei n.º 9.433/97.
- E) cabe exclusivamente ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, conforme previsto pela Lei n.º 6.938/81.

59. Em relação às Áreas de Preservação Permanente (APP) e à Reserva Legal, ambas previstas no Código Florestal brasileiro, é correto afirmar que

- A) os Municípios têm competência para criar, nas suas Leis Orgânicas, as suas próprias Áreas de Preservação Permanente, que substituem as APP previstas no Código Florestal, sendo a lei federal, nesse caso, derogada em virtude da lei mais específica e adequada à realidade local.
- B) os proprietários particulares de terrenos onde existem Áreas de Preservação Permanente, criadas pelo art. 2º do Código Florestal, devem ser financeiramente indenizados.
- C) os proprietários particulares de terrenos devem ser financeiramente indenizados pela Reserva Legal prevista pelo Código Florestal, caso esta ultrapasse a metade (50%) da superfície do imóvel rural.
- D) a extensão da Reserva Legal pode variar de acordo com as características individuais de cada terreno.
- E) a extensão das Áreas de Preservação Permanente pode variar de acordo com as características individuais de cada terreno.



60. Considerando-se a relação entre os dispositivos de um Plano Diretor Municipal e outras normas legais, é correto afirmar que

- A) os Planos de Municípios acima de 20.000 (vinte mil) habitantes devem ser homologados pelo Ministério das Cidades, como condição da transferência de recursos federais para o desenvolvimento urbano.
- B) as normas do Plano devem atender às regras e aos princípios do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/01), que criou normas gerais sobre Direito Urbanístico que devem ser respeitadas por todos os Municípios.
- C) as normas do Plano prevalecem em relação a quaisquer outras leis locais sobre assuntos de desenvolvimento urbano, exceto normas estabelecidas por leis locais posteriores, aprovadas com o quórum qualificado de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- D) as normas do Plano, por exigência da Constituição federal de 1988, devem ser aprovadas pelo quórum qualificado de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- E) os Planos de Municípios acima de 20.000 (vinte mil) habitantes devem ser homologados pela Assembleia Legislativa do respectivo Estado.

61. Sobre a repartição das receitas tributárias, assinale a opção errada.

- A) Ocorrendo partilha do produto da arrecadação há também partilha de competência tributária.
- B) Parte dos recursos arrecadados pelo imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é destinada a formação do Fundo de Participação dos Municípios.
- C) Pertence aos Municípios o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza referente a rendimentos pagos a seus servidores.
- D) No federalismo fiscal, a partilha das receitas de tributos ocorre com a atribuição de competência para criação e pela partilha do produto da arrecadação.
- E) Pertence aos Municípios cinquenta por cento da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativos aos imóveis situados em seus territórios.

62. Assinale a opção errada. Em relação à renúncia de receita decorrente da concessão de incentivo fiscal,

- A) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.
- B) a lei exige demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária.
- C) a lei exige estipulação de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo.
- D) a renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção.
- E) a alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributo não importa em renúncia de receita.

63. No tocante ao orçamento, é errado dizer:

- A) o Executivo pode fazer a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- B) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias do Poder Legislativo ser-lhes-ão entregues até o dia vinte de cada mês, em duodécimos.
- C) a lei orçamentária anual de regra não pode conter dispositivo estranho a previsão de receita e à fixação de despesa, inclui-se nas exceções a autorização para contratação de operações de crédito.
- D) compete à lei complementar estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta e também estabelecer condições para a instituição e funcionamento de fundos.
- E) como regra é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

64. Tratando-se de competência tributária, é certo dizer:

- A) a união tem competência residual para instituir outras contribuições para o custeio da seguridade social, desde que seja por lei complementar e não tenham fato gerador ou base de cálculo das contribuições já existentes.
- B) a competência tributária pode ser objeto de delegação.
- C) a competência é facultativa, segundo a maioria da doutrina e a lei de responsabilidade fiscal.
- D) a capacidade tributária ativa decorre da Constituição.
- E) em matéria de contribuição de melhoria a competência é privativa.

65. Segundo o Sistema Tributário Nacional expresso na Constituição Federal, consideram-se tributos

- A) os impostos, as taxas, a contribuição de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais e a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.
- B) os impostos, as taxas, a contribuição de melhoria, as contribuições sociais e o pedágio.
- C) os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria.
- D) os impostos, as taxas, a contribuição de melhoria, as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas e os empréstimos compulsórios.
- E) os impostos, as taxas, a contribuição de melhoria, os empréstimos compulsórios, as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas e a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.



66. Assinale a opção correta. A União instituiu um imposto no uso de sua competência residual.

- A) O fato gerador do novo imposto, se for sobre a renda, pode coincidir com o já existente.
- B) A União pode instituir imposto diferente desde que seja por lei complementar e que o imposto não tenha fato gerador ou base de cálculo dos impostos expressamente discriminados na Constituição.
- C) A União possui competência para instituir imposto diferente dos já existentes, desde que não possua fato gerador ou base de cálculo dos discriminados na Constituição, mediante o cumprimento do princípio da legalidade com a edição de lei.
- D) A União não possui competência para instituir imposto diferente dos já existentes, pois isso somente pode acontecer com a intervenção de uma nova constituinte.
- E) A União pode instituir imposto diferente dos já existentes desde que seja por lei complementar e que o imposto não tenha fato gerador ou base de cálculo dos impostos expressamente discriminados na Constituição, seja não-cumulativo e destine vinte por cento de sua arrecadação para os Estados.

67. Em relação à obrigação tributária, assinale a opção errada.

- A) A saída a qualquer título de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro do mesmo titular, constitui fato gerador do ICMS.
- B) Ocorre o fato gerador, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável. Quando existir condição suspensiva desde o momento do seu implemento.
- C) A morte do *de cujus* constitui aspecto material do fato gerador relativo ao Imposto sobre Transmissão *causa mortis* e doação – ITCD.
- D) No Imposto sobre Importação o fato gerador é a entrada no território nacional, mas, quando se tratar de mercadoria para consumo, a norma o considera ocorrido na data do registro da declaração de importação na repartição aduaneira.
- E) No fato gerador presumido é assegurada imediata e preferencial restituição da quantia paga quando não se realize o fato gerador presumido ou quando houver diferença entre a base de cálculo estimada e a efetivamente aplicada.

68. Marque a opção errada. Incide o Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre

- A) serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
- B) serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de pedágio dos usuários.
- C) assessoria e consultoria em informática.
- D) serviços de transporte de natureza intermunicipal.
- E) planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

69. Em relação ao Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS, é errado afirmar:

- A) o imposto será devido no local no caso dos serviços de cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
- B) o imposto não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão.
- C) o imposto não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País.
- D) a incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.
- E) o imposto será devido no local da execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica.

70. Dadas as assertivas abaixo,

- I. A contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, é de competência da União, mas distribui vinte e cinco por cento do que se destina aos Estados para os Municípios, vinculando-se a aplicação ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.
- II. A alíquota do IPTU não pode aumentar em razão do valor do imóvel.
- III. A lei tributária pode atribuir efeito diverso, alterando o conteúdo da doação para fins do Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação.

verifica-se que

- A) somente II e III estão corretas.
- B) somente II está correta.
- C) I, II e III estão erradas.
- D) somente a I está correta.
- E) somente I e III estão corretas.